



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

COMARCA DE APUCARANA

2ª VARA CÍVEL DE APUCARANA - PROJUDI

Tv. João Gurgel de Macedo, 100 - Vila Formosa - Apucarana/PR - CEP: 86.800-710 - Fone: (43) 3423-0199 - E-mail: APU-2VJ-E@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0008406-56.2020.8.16.0044**

Processo: 0008406-56.2020.8.16.0044

Classe Processual: Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Assunto Principal: Classificação de créditos

Valor da Causa: R\$158.350,50

Autor(s): • LAKE SECURITIZADORA S.A

Réu(s): • Aliança Indústria Química Ltda.

**DECISÃO**

Vistos

1. Cuida-se de ação que versa sobre direito empresarial, na medida em que aborda falência/recuperação judicial. Com efeito, nos termos da Resolução n. 93, de 12 de agosto de 2013, do TJPR:

*Art. 4º-A À vara judicial a que atribuída a competência Empresarial compete: (Incluído pela Resolução nº 426, de 7 de março de 2024)*

*I - processar e julgar as causas relativas à matéria prevista no Livro II, Parte Especial, do Código Civil (art. 966 a 1.195) e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), bem como à propriedade industrial e concorrência desleal (tratadas especialmente na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996) e à franquia (Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994), de acordo com os assuntos processuais indicados no Anexo IV desta Resolução; (Incluído pela Resolução nº 426, de 7 de março de 2024)*

*II - processar e julgar as falências e as causas relativas à recuperação judicial ou extrajudicial, bem como as que, por força de lei, devam ter curso no juízo da falência; e (Incluído pela Resolução nº 426, de 7 de março de 2024)*

*III - processar e julgar as ações decorrentes da Lei de Arbitragem. (Incluído pela Resolução nº 426, de 7 de março de 2024) (destaquei)*

Deste modo, o que se vê é que a matéria versada no presente processo se encaixa no inciso II acima mencionado, devendo ser declinada a competência para a vara empresarial especializada. Observe-se que, quanto a competência territorial, a mesma resolução assim estabelece em seu artigo 215-B:

*Art. 215-B. À 31ª Vara Judicial, ora denominada 11ª Vara Cível e Empresarial Regional, é atribuída a competência cível especializada prevista no art. 4º-A desta Resolução, cabendo-lhe processar e julgar as ações de competência do Foro Central e dos Foros Regionais de Cambé, Rolândia e Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, e das Comarcas de Andirá, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Assaí, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambará, Carlópolis, Centenário do Sul, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Curiúva, Ibaiti, Jacarezinho, Jaguapitã, Joaquim Távora,*



*Nova Fátima, Porecatu, Primeiro de Maio, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, Sertãoópolis, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí e Wenceslau Braz. (Incluído pela Resolução nº 426, de 7 de março de 2024) (destaquei)*

Sabendo-se que a implantação de referida vara já ocorreu em 23.08.2024 e que já houve o decurso do prazo das duas primeiras fases, de rigor a imediata redistribuição do feito para a 11ª Vara Cível e Empresarial Regional, da Comarca de Londrina/PR, unidade judiciária atualmente competente para o processamento e julgamento dos feitos atinentes à matéria, independentemente da concordância das partes.

**1.1.** Ante o exposto, diante da incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria, **declino a competência** para processamento e julgamento do presente feito em favor da 11ª Vara Cível e Empresarial Regional, da Comarca de Londrina /PR.

**2.** Preclusa a decisão, remetam-se os autos ao cartório distribuidor para redistribuição na forma mencionada, observadas as cautelas de praxe.

**3.** Cumpram-se as disposições do Código de Normas do Foro Judicial do Paraná.

**4.** Intimações e diligências necessárias.

**Apucarana, 27 de janeiro de 2025.**

***Rogério Tragibo de Campos***

***Juiz de Direito***

